

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Ciências Contábeis – ênfase em Controladoria

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA EMPRESA EPN

Paula Gonçalves Santos

Belo Horizonte
2011

Paula Gonçalves Santos

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA EMPRESA EPN

Trabalho Interdisciplinar apresentado no segundo período do Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Núcleo universitário Barreiro

Professores:

Marcelo Demicheli

Messias Antônio

Paulo Gaetani

Vânia Das Graças Rocha

**Belo Horizonte
2011**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra a aplicação dos princípios contábeis na empresa EPN¹, com o intuito de investigar se os mesmos são utilizados na prática ou é apenas uma discussão teórica.

“Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científicos e profissional de nosso País. Concernem, pois à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objetivo é o patrimônio das entidades. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)”

A Contabilidade é um sistema que provê dados, demonstrações e avalia a situação econômica e financeira da entidade, passando essas informações aos usuários² que tenham relação com a empresa, ou seja, a entidade. Para que isso aconteça os princípios devem ser utilizados, pois eles são regras, premissas para entender melhor o funcionamento do processo contábil como um todo, e tem como finalidade estabelecer padrões, a fim de que os demonstrativos financeiros das empresas possam ser comparados em bases iguais.

Os princípios Contábeis são obrigatórios no exercício da profissão e constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

1.1 Tema

Aplicação dos princípios contábeis na empresa EPN.

¹ Empresa com nome fictício.

² Toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade.

1.2 Problema de pesquisa

Os princípios contábeis são utilizados na prática ou é apenas uma discussão teórica de sua aplicação pelos gestores na empresa EPN?

1.3 Justificativa

Através dos princípios contábeis é permitido aos contadores utilizar padrões de comparação que tragam credibilidade em demonstrações financeiras, o que facilita e dá transparência dos fatos contábeis.

A importância dos princípios da contabilidade é inquestionável. Eles são premissas básicas para a elaboração dos processos contábeis, e as empresas são auditadas através deles, por isso sua aplicação deve ser essencialmente correta.

Considerando sua importância e utilização nas empresas, este grupo de pesquisa decidiu aprofundar nos estudos sobre o tema e por acreditar na sua importância para a formação do Contador.

Poderá ser também importante para empresa EPN, pois ela terá condições de conhecer o resultado de uma pesquisa que avalia a aplicação dos princípios contábeis em sua gestão.

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar na empresa EPN como são aplicados os princípios contábeis.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar a aplicação dos princípios contábeis na EPN.
- Analisar possíveis dificuldades na utilização dos princípios.

2 REFERENCIAL TEORICO

De acordo com o dicionário Aurélio a definição de “princípio” é a “proposição que lhe serve de base, ainda que de modo provisório, e cuja verdade não é questionada”. Com base nesta definição, os Princípios Contábeis nada mais são do que normas ou leis a serem seguidas pelos profissionais durante o exercício da profissão.

2.1 A Criação dos Princípios Contábeis

Em 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para fiscalizar o exercício da profissão por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, que criou os princípios contábeis por necessidade de padronizar os procedimentos e tornar os documentos confiáveis e comparáveis.

Os Princípios Contábeis foram criados no Brasil em 1993 estabelecidos pelo Conselho Federal De Contabilidade, por meio das resoluções 750/93 e 774/94, foram os seguintes princípios: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo valor original; Atualização Monetária; Competência e Prudência.

Em Junho de 2010 foi publicada a Resolução CFC 1.282/2010, que faz a atualização da Resolução CFC 750/93, que tratam dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, tais alterações visam o processo de mudanças às normas internacionais de contabilidade, com essa atualização o número dos princípios foram diminuídos, e a própria denominação dos princípios, que antes eram chamados por Princípios Fundamentais de Contabilidade, agora recebem o título simplificado de "Princípios de Contabilidade.

Em relação aos princípios nada de muito relevante foi alterado, somente o princípio da Atualização Monetária que fora revogado e os possíveis efeitos

monetários passam a ser tratadas dentro do princípio do Registro pelo Valor Original. Desde então, de acordo com a Resolução CFC 1.282/10, são Princípios de Contabilidade: O Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro Pelo Valor Original, da Competência e da Prudência.

2.2 Quais são os objetivos e importância dos Princípios da Contabilidade

2.2.1 O Princípio da Entidade

“Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

§ único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil”.

O Princípio da Entidade é considerado princípio Postulado mundial. Postulados são visões de certa realidade onde a averiguação não é necessária. Ele delimita o campo de atuação da contabilidade.

De acordo com a resolução nº 1.282/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) verifica-se que para aplicação desse princípio, não haverá união entre o patrimônio do sócio ou acionista da empresa, e o patrimônio da entidade.

Portanto a contabilidade registrará os dados que interferem no patrimônio da entidade, e não dos seus titulares. A contabilidade de uma empresa não deve se misturar com a de sócios, portanto, a empresa deve registrar somente fatos que se refiram a seu patrimônio.

2.2.2 O Princípio da Continuidade

“Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

O Princípio da Continuidade, assim como o da entidade, é um postulado mundial, de forma que os outros princípios contábeis são apenas princípios mundiais.

Verifica-se com a Resolução nº 1.282/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que o referido princípio, é uma premissa de que a entidade vai funcionar por prazo indeterminado, ou seja, nunca será extinta.

Entretanto, se a situação da entidade for desfavorável a um bom rendimento, ela poderá ser investigada pelo conselho de contabilidade e posteriormente encerrada.

A empresa realizará seus ativos ao estar em funcionamento e obtendo lucro de acordo com possibilidade de realização de suas operações no futuro, e não necessariamente com a venda ou retorno imediato.

A Contabilidade atua pressupondo que a empresa não terá data para seu fechamento. Portanto terá continuidade e mesmo diante do fim da mesma, do encerramento da continuidade a contabilidade assume esta postura prevendo seu encerramento e perdas.

2.2.3.O Princípio da Oportunidade

“Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações integras e tempestivas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

“Parágrafo Único A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

O Princípio da Oportunidade é a base indispensável à fidelidade das informações sobre o patrimônio da Entidade relativas a um determinado período e com o emprego de quaisquer procedimentos técnicos. É o

fundamento daquilo que muitos sistemas de normas denominam como “representação fiel” pela informação. Tal atributo é exigível em qualquer circunstância, a começar sempre nos registros contábeis, embora as normas priorizem as demonstrações contábeis. Este princípio refere-se o momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais.

Muitas vezes o princípio da Oportunidade é confundido com o da Competência, mais na realidade os dois são diferentes. O princípio da oportunidade tem o conhecimento das variações que as compreende e as reconhecem, enquanto o da Competência está na qualificação das variações diante do Patrimônio Líquido e na determinação de sua natureza.

Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. Exemplo, as provisões para férias e 13º Salários são feitas mensalmente mesmo sendo despesas futuras.

2.2.4.O Princípio do Registro Pelo Valor Original

“Art. 7º O princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expresso em moeda nacional. § 1 As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- a) *Custo Corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa,*

- não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.*
- b) *Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;*
 - c) *Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente descontados do fluxo futuro de entrada líquida de caixa se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;*
 - d) *Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e*
 - e) *Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.*

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não apresenta unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do Patrimônio Líquido; e

III a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”

Este Princípio determina que os elementos que compõem um patrimônio devem ser inicialmente registrados na data correta de aquisição, independentemente do pagamento, e pelo valor de aquisição ou fabricação, e expresso em moedas nacionais. Além disso, ele também determina que o valor do objeto em questão é o valor efetivamente pago por ele.

Neste princípio a ocorrência de várias dificuldades para a utilização do mesmo: Uma delas é a inflação onde o preço do produto varia ao longo do tempo, inclusive entre a data de aquisição e o seu pagamento efetivo; outro problema é em relação ao custo do produto, pois quando se fala em valor pago

por ele há a inclusão de todos os gastos para colocar o bem em condições de uso, como seguro, frete, etc.

Para a aplicação deste princípio as contas de estoques devem ser selecionadas um método de avaliação, dentre os quais estão: PEPS³, MPM⁴ e UEPS⁵.

2.2.5 O Princípio da Competência

“Art. 9º O princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

“Parágrafo Único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

O Princípio da Competência registra as mudanças que ocorrem no patrimônio da Entidade. Essas mudanças devem ser registradas dentro do período da ocorrência do fato, quando forem consumidas ou quando efetivamente realizadas, e não quando pagas ou recebidas; devam ser incluídas na apuração do resultado do período que efetivamente ocorreram independente do seu recebimento ou pagamento. Este Princípio confronta ao mesmo tempo as receitas com as despesas que ocorreram e esta diretamente ligada às variações do Patrimônio Líquido.

2.2.6 O Princípio Da Prudência

³ Primeiro que entra primeiro que sai.

⁴ Média ponderada móvel.

⁵ Ultimo que entra primeiro que sai.

“Art. 10 – O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

“Parágrafo Único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às tentativas em certas condições de incertezas, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

“Art. 11 – A inobservância dos Princípios de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c” “d” e “e” do art.27 do Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)”.

O Princípio da Prudência deve ser observado quando surgirem dúvidas sobre a correção dos valores a serem registrados, entre várias alternativas válidas, é a adoção do menor valor para os componentes no ativo e do maior para os do passivo.

2.3 Como são utilizados na EPN

Na empresa EPN é utilizado o Princípio da Entidade, que separa o patrimônio dos sócios, do patrimônio da empresa. Para os sócios é feita retirada através de pró-labore, sendo uma remuneração que incide sobre o Patrimônio Líquido.

Por exemplo, não deve registrar com despesa da empresa a conta de telefone particular do sócio.

O Princípio da Continuidade sendo uma premissa de que a entidade vai funcionar por prazo indeterminado, ou seja, nunca será extinta; a EPN deixa claro que na empresa não há o que se falar em extinção, por se tratar de uma Entidade rentável e totalmente saudável.

No Princípio da Oportunidade que se refere ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais, como por exemplo, férias e 13º salário, são contabilizados mensalmente as provisões e respectivos encargos na empresa EPN.

Na EPN, o Princípio do Registro pelo Valor Original que determina que os elementos do Patrimônio devam ser registrados pelos valores originais

expresso em moedas nacionais são utilizados na data correta de aquisição, independente do pagamento, e pelo valor de aquisição ou fabricação.

Por exemplo, o contador Antônio deve registrar os fatos contábeis de encerramento de uma empresa, na data de sua ocorrência, de maneira íntegra e tempestiva, para que seus usuários, com base nessas informações, também registrem esses fatos nas suas empresas.

As despesas e receitas são contabilizadas na sua realização e não quando são pagas ou recebidas, este é o Princípio da Competência.

Por exemplo, uma venda a prazo em agosto para receber em outubro. Embora não recebida esta venda é receita de agosto, mês que ocorreu a venda.

O Princípio da Prudência determina que devem ser observados as indagações sobre certas correções de valores, há uma alternativa válida, que é à adoção do menor valor para as receitas e do maior para as despesas. Na EPN é contabilizado em contas patrimoniais e eventualidades que venha ocorrer.

Por exemplo, um funcionário quando leva a empresa na justiça por falta de pagamento de hora extra, a contabilidade já tem contabilizado todo o valor a ser pago sempre um valor superior ao esperado, mais tenda um acordo com valor inferior. Então registra na contabilidade o valor maior mesmo que exista um pouco mais de chance de pagar um valor menor.

2.4 Quais são as vantagens na sua aplicabilidade

Através da aplicação dos Princípios Da Contabilidade todas as empresas, inclusive a empresa EPN, consegue utilizar padrões que traz para si a credibilidade de suas demonstrações financeiras, o que facilita e deixa transparentes suas ações contábeis.

São obrigatórios e de essencial importância para todas as empresas as utilizações desses Princípios, porém nem todas fazem o uso da mesma, isto ocorre com frequência em empresas de pequeno porte, que geralmente a contabilidade é terceirizada, e o proprietário não tem muito controle da

situação; com isso as retiradas não são feitas de maneiras regulares, sendo assim, acontece à mistura dos patrimônios (patrimônio dos sócios com o da entidade), podendo acontecer à falência a qualquer momento.

Com os princípios é possível notar claramente a situação contábil da empresa, e a não utilização desses acarretará multa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

De acordo com Aurélio B. Holanda, metodologia é o “conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinada disciplina e sua aplicação”.

Para determinar a tipologia desta pesquisa científica serão utilizados os métodos de classificação de Vergara (2003), que primeiramente caracteriza a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins esta se trata de uma pesquisa descritiva, por analisar os métodos de gerenciamento contábil na empresa EPN, evidenciando se há o devido uso e a importância adequada aos princípios da contabilidade

Quanto aos meios, esta pesquisa se classifica como de campo, documental e bibliográfica. De campo, por através de um questionário, procurar saber informações do contador responsável da empresa em questão. Documental por se basear em leis do conselho federal de contabilidade (CFC). E, por fim, bibliográfica porque será realizada uma investigação através de livros, revistas e redes eletrônicas sobre a criação, características, e utilização dos princípios da contabilidade.

3.2 Universo e sujeito da pesquisa

O universo da pesquisa de campo foi o corpo gerencial da EPN, composto por diretores, e contador. O sujeito da pesquisa, portanto, se identifica na imagem do contador.

3.3 Tratamentos dos dados

Os dados com os quais serão trabalhados são de ordem primária, e secundária. Primária por incluir uma entrevista ao contador da empresa EPN, e secundária, por ter informações baseadas na pesquisa por meio de documentos, sites da Internet e publicações especializadas. Será realizada uma seleção das informações mais relevantes, certificando-se de que os mesmos estarão completos e coerentes.

Os dados serão tratados de forma qualitativa, pois possui um pesquisador como parte principal para o alcance das conclusões necessárias; a pesquisa possui um caráter descritivo, e há um questionamento em relação a devida importância e aplicação dos princípios da contabilidade na empresa abordada.

3.4 Limitações do método

Quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica e documental. Bibliográfica, porque será realizada uma revisão literária sobre custo de capital e outros assuntos relacionados com a competitividade mundial, para a fundamentação teórica do trabalho, através de fontes primárias e secundárias. Documental, porque será feito uso de materiais e documentos que não estão totalmente disponíveis ao público, tais como relatórios internos de instituições financeiras e os próprios dados do IMD.

4 ANÁLISE

A empresa EPN foi fundada em 1962 no Bairro Barro Preto em Belo Horizonte Minas Gerais; e antes pertencente a uma tradicional família, que com tempo foi evoluindo e mudando de sócios.

Em meados de 1980 sua sede foi transferida definitivamente para Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte (MG).

É uma organização com o negócio em comércio de veículos automotores, máquinas novas e usadas, peças, acessórios e artigos correlatos, prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de automóveis em geral e serviços complementares.

Desde então vem crescendo no ramo, hoje com aproximadamente 300 funcionários e 49 anos de mercado.

Isto ocorre por se tratar de uma empresa com credibilidade no mercado, onde os princípios contábeis são utilizados de maneira correta.

Foi realizado um questionário com o contador da empresa EPN, que foi indagado a ele se os princípios da contabilidade eram realmente utilizados, ou era apenas uma discussão teórica.

Algumas perguntas foram colocadas em questão e com base nas suas respostas pode-se identificar a utilização dos princípios da contabilidade.

Através da entrevista ao contador responsável pela empresa EPN foi possível perceber em relação ao Princípio da Entidade que, o patrimônio dos sócios não se confunde com o da empresa, há retiradas mensais (pró-labore), de acordo a renda do Patrimônio Líquido. Nesta empresa não se fala em extinção, por ser uma empresa rentável e totalmente saudável, por tanto há aplicação do Princípio da Continuidade. As despesas futuras são contabilizadas de acordo com o Princípio da Oportunidade. Os registros contábeis dessa empresa são feitos com a aplicação do método de MPM, onde é calculada a média dos valores dos produtos adquiridos contrapondo-os com o valor de venda. Seguindo o Princípio da Competência as receitas e despesas são contabilizadas no ato de sua realização, independentemente de haver ou

não saída de caixa. Quando a EPN não possui um conhecimento prévio de uma despesa ou receita é feita a contabilização na conta: Contas Patrimoniais de contingência, assim sendo na dúvida eles contabilizam na despesa um valor maior e na receita um valor menor.

Pode-se então verificar que esta empresa atua corretamente utilizando os Princípios da Contabilidade, o que dá para ela maior certeza de continuar firme no mercado em que atua.

5 CONCLUSÃO

Com base nas informações obtidas, observamos que a importância dos princípios da contabilidade é de valor inestimável. Os princípios contábeis espelham as doutrinas e teorias relacionadas a Ciência da contabilidade, portanto auxiliam no seu papel como ciência social cujo estudo é o patrimônio das entidades. No Brasil estes princípios constituem presença obrigatória na formulação das Normas Brasileira de Contabilidade.

Através deles há a possibilidade de se obter um padrão na atuação contábil básica dentro de determinada empresa, como por exemplo, a forma de se registrar a proporção entrada/lucro (PEPS, UEPS...); ou a separação dos patrimônios sócios x empresa.

A entrevista a empresa EPN nos possibilitou maior contato com realidade, e a oportunidade de averiguar o embasamento da pesquisa bibliográfica. Portanto é essencialmente necessária e proveitosa didaticamente este tipo de pesquisa onde foi possível verificarmos a verdadeira atuação da teoria dos princípios na realidade contábil desta empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Ed. São Paulo: Atlas 2000. Cap. 1, p 15-55.

BRASIL. **Decreto Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em 28 de agosto de 2011.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Os elementos da introdução. In: **Metodologia básica para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap.3, p. 24-38

CONTABILIDADE, Conselho Federal. **Princípios Fundamentais e Normas de Contabilidade AUDITORIA E PERÍCIA**. Ed. Brasília: CFC, 2003.p. 23-28.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: **O dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GATTI, Ivan Carlos. **Resolução nº. 750/93**. Disponível em www.cfc.org.br. Acesso em 30/08/2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4ªed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

ZANLUCA, Júlio César. **Os Princípios Fundamentais De Contabilidade**. Disponível em www.portaldecontabilidade.com.br. Acesso em 29/08/2011

APÊNDICE

Entrevista com o contador da empresa EPN

- 1- Como ocorre a retirada mensal dos sócios?
- 2- A contabilidade atua pressupondo que a empresa não será extinta? Como isso ocorre?
- 3- As despesas futuras, como por exemplo: férias, 13º salário, são feitas mensalmente?

- 4- Os registros contábeis são feitos na data correta de aquisição?
- 5- As despesas e receitas são contabilizadas na realização, quando são pagas ou quando são recebidas?
- 6- Quando possui uma despesa que ainda não é do conhecimento da entidade como é feito o registro desse valor, e a receita?